

**TC 014.915/2018-9**

**Interessado(s) e matrícula(s):**

Paula Hebling Dutra (8421-2)

Rafael Lopes Torres (3147-0)

Victor Lahiri Hart (7692-9)

**Assunto:** 15ª Reunião do Comitê Diretor do PSC na cidade de Luxemburgo, Luxemburgo no período de 28 a 31 de maio de 2018

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

### INTRODUÇÃO

1. Trata-se de relatório circunstanciado referente à 15ª Reunião do Comitê Diretor do PSC.

### RELATO

#### **Reunião preparatória com Tribunal de Contas Europeu**

2. Foram repassados todos os detalhes relacionados à logística do evento e também em relação ao conteúdo, com a definição detalhada de todas as posições que seriam levadas na reunião, divisão de responsabilidades de cada um dos atores envolvidos, etc.

#### **Reunião com os subcomitês do PSC**

3. Realizada com os Subcomitês de Auditoria de Desempenho, Auditoria Financeira, Auditora de Conformidade e de Controles Internos, que estão vinculados ao PSC. Parte da reunião também contou com a participação de representante da Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI (IDI).

4. Os temas discutidos seguiram a pauta pré-definida abaixo:

#### Projetos atuais do SDP

5. A ideia era que cada subcomitê compartilhasse as informações relevantes e dificuldades enfrentadas em cada um dos projetos cujos seus representantes estavam liderando. Os projetos liderados por representantes do FAAS e CAS estão dentro do prazo. A preocupação maior em relação aos projetos cujo PSC é o comitê responsável são os projetos 2.5 (Controles Internos) e 2.6 (Auditoria Interna).

6. A proposta de projeto referente ao 2.6 não foi bem recebida pelo FIPP, que recomendou uma série de alterações. O grupo está providenciado essas alterações para submeter nova proposta. Informamos que a próxima reunião do FIPP está marcada para final de agosto, então é importante que a nova proposta seja encaminhada antes dessa reunião, a tempo de ser avaliada naquela oportunidade.

7. Sobre o projeto 2.5, o ICS informou que a liderança do comitê está trabalhando no sentido de apresentar uma proposta o quanto antes.

8. O Secretariado do PSC mencionou a importância desses projetos para a migração para o novo framework, até em função de resolver a situação das INTOSAI GOVs, que não fazem mais parte do framework. É importante que o ICS informe, de forma transparente, se

---

de fato terá condições de desenvolver esses projetos. Em caso negativo, será necessário buscar uma outra alternativa para a condução desses trabalhos.

Relacionamento entre o PSC e os subcomitês – o que pode ser melhorado?

9. Os participantes ressaltaram a importância de se continuar a comunicação que o secretariado do PSC faz com os subcomitês, apresentando as principais questões tratadas em cada reunião do FIPP.

10. Os participantes também ressaltaram que seria importante ter outras oportunidades de contato entre o PSC e os subcomitês, como foi feito em uma oportunidade no ano passado.

11. O Secretariado do PSC ressaltou as dificuldades técnicas de se assegurar uma conexão de vídeo/áudio de qualidade com todos os participantes envolvidos, de forma a se poder ter videoconferências com qualidade mínima de conexão. Uma possibilidade é a utilização do sistema Webex, que o FAAS (EFS EAU) tem condições de disponibilizar. O Secretariado do PSC se comprometeu a marcar videoconferências com mais frequência.

Desenvolvimento da ISSAI 200 – possíveis impactos nas ISSAI 100, 300 e 400.

12. Na condução dos trabalhos pelo grupo encarregado da revisão da ISSAI 200, acabou sendo feito uma análise das ISSAIs 100, 300 e 400 e relatou-se uma repetição de conteúdos, que talvez possa ser evitada se pensarmos em ter apenas uma norma, que englobe os princípios gerais de auditoria e seções específicas para cada tipo de auditoria.

13. Relatou-se, também, um diagnóstico sobre a possível necessidade de revisão da ISSAI 100.

14. Chegou-se à conclusão que essas questões podem ser objeto de uma iniciativa no próximo SDP.

15. Relatou-se também um problema relevante na condução dos trabalhos de revisão da ISSAI 200. O objetivo é que essa norma seja mais principiológica, evitando excesso de detalhes, até para que possa ser mais estável. E assim a proposta de projeto foi apresentada e aprovada. No entanto, algumas das recomendações que vieram do FIPP (quando avaliou um rascunho preliminar) foram no sentido de acrescentar informações mais detalhadas sobre algumas questões.

Processo de planejamento do próximo SDP

16. Será objeto de discussão na reunião do Comitê Diretor do PSC, mas o secretariado do PSC considerou relevante que antecipássemos algum ponto eventualmente mais controverso para que se buscasse uma posição comum para ser levada ao Comitê Diretor.

17. Os representantes mostraram-se em geral confortáveis com a proposta que estava sendo apresentada. Levantou-se uma preocupação com as “áreas focais”, resultado do trabalho de levantamento feito pelo FIPP. Houve uma percepção geral de que essa lista de áreas era um tanto extensa, detalhada e poderia ser contraproducente para o trabalho de consulta. Acordou-se de essa questão ser levantada na reunião do Comitê Diretor.

Reunião com a presença de representante da IDI

18. No ano passado, firmou-se um termo de compromisso entre a IDI, o PSC Chair e as lideranças dos subcomitês, para apoio mútuo em uma série de ações, notadamente ligada à implementação de ISSAIs, que é um dos focos principais do trabalho da IDI e é também tema de grande interesse dos subcomitês do PSC e da liderança do comitê.

---

19. O representante da IDI apresentou uma mudança da forma de trabalho da IDI, passando de ações baseadas em programas (com duração limitada), para linhas de ação contínuas.

20. Mencionaram-se algumas iniciativas pontuais de cooperação dos subcomitês com a IDI.

21. O Secretariado do PSC mencionou que um dos objetivos estratégicos para o Goal 1 está relacionado ao monitoramento da implementação das normas e a criação de um mecanismo de feedback para o processo de elaboração de normas. Esse é o objetivo que o PSC menos avançou até o momento. Ressaltou a importância que a IDI tem para possibilitar o alcance desse objetivo e que é necessário um diálogo mais contínuo entre PSC e IDI para viabilizar uma cooperação mais estruturada entre os dois órgãos.

### **Reunião do Comitê Diretor do PSC**

22. Após a abertura realizada pelo Ministro Bruno Dantas, representando o Presidente do PSC, Ministro Raimundo Carreiro, e pela Vice-Presidente do PSC. Mme. Danièle Lamarque, iniciaram-se as sessões técnicas da reunião.

23. O Secretariado do PSC mudou significativamente o formato da reunião, de forma a possibilitar uma reunião mais participativa, que focasse mais nas discussões e tomada de decisão sobre temas estrategicamente relevantes, reduzindo a parcela das sessões meramente informativas. Para isso, todos os materiais de suporte para a reunião foram disponibilizados com cerca de 15 dias antes do evento, de tal forma que os participantes pudessem se preparar adequadamente para a reunião. Não se previu a formulação de apresentações isoladas pelos diversos atores participantes da reunião – a agenda foi dividida em grandes temas e dentro desses temas, os atores mais relevantes eram chamados para apresentar suas contribuições (o secretariado do PSC entrou em contato com esses atores com antecedência, especificando as contribuições esperadas para cada sessão). Desta forma, conseguiu-se uma reunião mais dinâmica e focada nos grandes temas relativos à atuação do PSC, de forma a que o Comitê Diretor do PSC consiga efetivamente exercer sua atribuição de direcionamento estratégico do processo de produção de normas na INTOSAI.

24. Apresentamos abaixo os objetivos centrais de cada um dos pontos da agenda, bem como as principais conclusões e decisões tomadas em cada sessão.

#### Sessão 2 – Implementação do Plano Estratégico da INTOSAI

25. O objetivo desta sessão foi discutir com os participantes como a INTOSAI está monitorando a implementação do plano através do nosso relatório de desempenho sendo preparado pelo Comitê de Políticas e Finanças da INTOSAI (PFAC, em inglês) e pela Secretaria Geral, e como riscos emergentes serão identificados e tratados pelo Comitê Supervisor de Questões Emergentes (SCEI, em inglês).

26. Além disso, o Secretariado do PSC fez referência ao relatório de atividades apresentado como documento de referência no material de trabalho e ressaltou que vários dos riscos identificados no relatório estão sendo tratados em sessões específicas na reunião, mas que gostaríamos de levantar algumas questões relacionadas a comunicação e traduções. Em relação a comunicação, foram ressaltadas a necessidade de melhora na comunicação interna (dentro da INTOSAI) e externa, principalmente através do sitio [issai.org](http://issai.org).

27. Um dos vídeos que está sendo produzido pelo Secretariado sobre a migração do quadro de normas foi apresentado como exemplo de ações para melhorar a comunicação interna e foi muito bem recebido pelos participantes que se mostraram animados para divulgar em seus grupos de trabalho e em suas instituições. O Secretariado mencionou saber da necessidade de se repensar o sitio issai.org e participantes sugeriram que o site seja mais voltado às necessidades dos usuários, o que foi acatado.

28. O tópico de traduções foi dividido em duas questões: em primeiro lugar foi discutido se algo deve ser feito para melhorar a qualidade das traduções existentes. A possibilidade de se contratar tradutores externos para revisar todas as traduções oficiais foi rechaçada.

29. Em relação aos procedimentos relativos a novas traduções que serão necessárias quando um novo documento entra no IFPP, três cenários foram apresentados: manutenção do status quo (que foi considerado insatisfatório e portanto descartado); contratação de empresas profissionais de tradução com fundos do PSC (que foi descartado devido ao custo envolvido e pela dúvida quanto à qualidade de tradução de termos técnicos); e a terceira opção considerada possivelmente mais satisfatória, que é a elaboração de um protocolo no qual um grupo de EFS de cada grupo linguístico forme um “pool” de tradutores para documentos entrando no framework e que dentro deste pool também seja escolhido uma EFS para revisar a tradução realizada, passo que atualmente não existe. Este sistema deve ser devidamente estruturado e ativamente coordenado. O Secretariado do PSC ficou responsável por elaborar proposta concreta nestes termos.

### Sessão 3 – Implementação do Plano de Desenvolvimento Estratégico (Strategic Development Plan – SDP)

30. Os objetivos da sessão foram proporcionar uma visão geral do estado de implementação do plano e iniciar um processo de constante avaliação sobre o processo de elaboração de normas da INTOSAI, refletindo sobre as melhorias que já foram identificadas após as mudanças trazidas no INCOSAI de 2016 e quais são os desafios que ainda devem ser enfrentados, incluindo sugestões para novas melhorias.

31. A atualização do status de cada um dos projetos constava dos papéis de trabalho da reunião disponibilizados anteriormente, por isso a discussão focou-se na segunda parte.

32. Os participantes mencionaram a importância da introdução do SDP, mesmo reconhecendo suas limitações em virtude da maneira em que foi elaborado em 2016. Foi destacada a necessidade de se aprender com os erros do primeiro SDP para que os mesmos erros não sejam repetidos no documento cujo planejamento está se iniciando agora. Um dos exemplos foi a necessidade de se precisar melhor o escopo dos projetos.

33. Além de outras sugestões mais pontuais e procedimentais, uma discussão mais ampla sobre a possibilidade de se retirar do Quadro de Normas da INTOSAI (IFPP) as diretrizes de assuntos específicos (como por exemplo sobre auditoria de dívida pública, auditoria ambiental entre outros) foi realizada. Os subcomitês do PSC ressaltaram que deveriam fazer parte do IFPP somente as normas e as diretrizes sobre os três tipos de auditorias, e que para auditorias nos diferentes temas estes documentos básicos devem ser utilizados. O conhecimento específico de cada uma das áreas deve ser buscado em fontes especializadas, não no quadro de normas da INTOSAI. Documentos fora do Quadro podem tratar questões práticas de aplicação das normas e diretrizes básicas para estas áreas temáticas. É importante ressaltar

que este ponto foi reiterado diversas vezes durante a reunião, evidenciando que esta é uma questão que deverá ser tratada pelo Secretariado do PSC no futuro. Em um primeiro momento, considerando que o novo marco normativo foi aprovado em 2016 (e contém diretrizes sobre temas específicos), deverá ser indicado na preparação do próximo SDP que a preparação de materiais dessa natureza não deverá ser considerada prioridade.

#### Sessão 4 – Governança do FIPP

34. A sessão teve como objetivo discutir como o Comitê Diretor do PSC pode atuar de maneira mais efetiva em seu papel de órgão de governança do FIPP e aprovar os novos Termos de Referência do FIPP que foram revisados.

35. Os participantes expressaram amplo reconhecimento de que o trabalho do FIPP está adicionando valor ao processo de elaboração de normas, mas que o monitoramento do trabalho do FIPP deve continuar.

36. A necessidade de estabelecimento de uma relação mais fluida entre o FIPP e os grupos que estão trabalhando em projetos foi ressaltada.

37. Recomendações foram feitas ao FIPP para que publique seus documentos e decisões, além de finalizar os seus procedimentos de trabalho.

38. Em vista da retirada da responsabilidade do FIPP nos novos Termos de Referência que foram aprovados, de prover interpretação das normas, o Secretariado do PSC deve preparar e apresentar proposta de como a INTOSAI deve lidar com a questão.

#### Sessão 5 – Estratégia para a produção de normas na INTOSAI

39. A última sessão do primeiro dia de reunião tratou da discussão e proposição de elementos para uma estratégia da INTOSAI para o IFPP. Os participantes foram divididos em grupos e discutiram, a partir de nota conceitual desenvolvida pelo Secretariado do PSC, qual seria uma visão de longo prazo para o Quadro de normas da INTOSAI, ou seja, qual o nível de ambição que a INTOSAI tem em relação ao IFPP. Foram discutidos também critérios para a inclusão de novos projetos no SDP. O Secretariado do PSC fará a compilação dos resultados dos trabalhos dos grupos e utilizará os resultados para guiar a ampla consulta que será feita às comunidades interna e externa, às EFS e à INTOSAI como passo essencial para a elaboração do próximo SDP que deverá ser aprovado em 2019.

#### Sessão 6 – Assuntos Gerais

40. Nesse ponto da agenda trataram-se dos seguintes temas:

- apresentaram-se informações sobre a constituição do chamado “advisory group”, composto pelas atuais organizações externas observadores no Comitê Diretor do PSC (Banco Mundial, Federação Internacional de Contadores – IFAC e Instituto de Auditores Internos – IIA) e agora ampliado com diversas outras instituições que passaram a contribuir com o processo de elaboração de normas da INTOSAI (já confirmaram a participação as seguintes instituições: Chartered Institute of Public Finance and Accountancy (CIPFA), Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), Global Initiative for Fiscal Transparency (GIFT), The International Consortium on Governmental Financial Management, Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD)). Outras instituições já foram contatadas mas ainda não responderam ao convite.

- uso de fundos do PSC – apresentou-se a situação atual dos recursos do PSC e discutiram-se possibilidades de utilização desses recursos.

---

- noticiou-se o estágio do trabalho de mudanças de nomes e números de uma série de normas, uma das etapas necessárias para a migração do antigo marco normativo para o atual. Esse trabalho vem sendo realizado pelo Secretariado do PSC.

- anunciou-se a data e local da próxima reunião do Comitê Diretor do PSC (Varsóvia, de 5-6 de junho de 2019)

#### Sessão 7 – Estrutura e funcionamento do processo de produção de normas (Primeira Parte – Princípios)

41. Os objetivos principais da sessão eram o de apresentar os principais resultados da sessão realizada durante a última reunião do Comitê Diretor da INTOSAI sobre produção de normas e discutir os princípios gerais para a estrutura e funcionamento do processo de produção de normas aplicáveis para a INTOSAI e alinhados com a visão e ambição definidos para o novo marco normativo (IFPP)

42. As discussões giraram em torno dos seguintes pontos:

- os princípios listados (em documento produzido pelo secretariado do PSC) são desejáveis/necessários para o processo de produção de normas da INTOSAI? O que deveria ou poderia ser mudado?

- em que medida a estrutura atual para a produção de normas da INTOSAI está de acordo com esses princípios?

- a atual abordagem da INTOSAI para a produção de normas leva a que esses princípios sejam seguidos?

43. Das discussões realizadas, houve uma concordância geral com os princípios, entretanto dúvidas foram levantadas sobre se já aplicamos inteiramente todos eles.

44. Entendeu-se que com o novo enfoque sobre o gerenciamento da produção de normas, com o advento do FIPP e outras alterações, vislumbra-se uma oportunidade de rever os vários níveis e estruturas verticais envolvidas no processo, com vistas à simplificação, melhor definição de papéis e maior nível de flexibilidade (gerenciamento de conhecimento ao invés de estruturas).

45. Identificou-se, também, a necessidade de melhor comunicação do que se tem até o momento, o que se produz e como controlamos sua qualidade (recentemente aprovou-se um documento sobre controle de qualidade de produtos produzidos pelos diversos órgãos da INTOSAI e que não fazem parte do marco normativo – pode ser um caminho para que os diversos grupos produzam seus documentos, mas que em muitos casos não devem fazer parte do marco normativo).

#### Sessão 7 – Estrutura e funcionamento do processo de produção de normas (Segunda Parte – Função de Suporte Técnico)

46. O objetivo dessa sessão foi o de discutir e aprovar o documento sobre a implementação de uma função de suporte técnico (Technical Support Function em inglês – TSF)

47. Aprovou-se a criação da TSF e os conceitos que fundamentaram a proposta. Concluiu-se que o órgão responsável pelo gerenciamento deve estar bem definido, para que fique bem claro “quem é o chefe” – o responsável deve ser o Presidente do PSC.

---

48. Algumas sugestões pontuais recebidas durante a reunião devem ser incorporadas na nova versão do documento a ser preparado para o Comitê Diretor da INTOSAI este ano, que deverá ser circulado com antecedência para os membros do PSC-SC antes de sua conclusão.

Sessão 8 – Próximo Plano de Desenvolvimento Estratégico (Strategic Development Plan – SDP)

49. O objetivo dessa sessão era o de discutir a proposta para o processo de desenvolvimento do próximo SDP, que entrará em vigor em 2020.

50. As discussões giraram em torno de se avaliar se o processo proposto é adequado e propiciará o fornecimento de contribuições suficientes por parte da comunidade da INTOSAI e pelos atores externos. Além disso, se o próximo plano deverá ter 3 anos (como proposto pelo FIPP) ou 6 anos (como proposto pela Presidência do PSC).

51. Houve um consenso geral sobre a adequabilidade do processo proposto. Aprovou-se que o próximo plano deverá ter 6 anos (2020-2025).

52. Na proposta encaminhada pelo FIPP, foi sugerido que a consulta fosse feita em torno de “áreas focais” previamente levantadas pelo FIPP. Discutiu-se se essa abordagem seria a mais apropriada – a lista seria excessivamente detalhada, poderia conduzir excessivamente o processo de consulta. Chegou-se à conclusão que essa lista deveria ser utilizada como mero material informativo, sem guiar o processo de consulta. Algumas sugestões específicas para aprimoramento da lista foram feitas e o FIPP se dispôs a receber outras sugestões (pelas próximas 2 semanas), para revisar a lista e encaminhar ao Secretariado do PSC para utilização no processo de consulta. Acordou-se, também, alterar o título do material de “áreas focais” para “resultado do levantamento feito pelo FIPP”.

**ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS, NO ÂMBITO DO TCU, DECORRENTES DESTA AÇÃO**

53. A partir dos resultados alcançados na reunião e deliberações tomadas, são as seguintes as principais atividades a serem desenvolvidas pelo Secretariado do PSC nos próximos meses, além das atividades ordinárias de gestão do comitê:

- a. preparação da ata da reunião e preparação das comunicações pertinentes, contendo recomendações e orientações decididas pelo comitê;
- b. partir da ata da reunião, fazer as alterações pertinentes no documento sobre a Função de Suporte Técnico, que será levado para aprovação do Comitê Diretivo da INTOSAI;
- c. ainda a respeito da Função de Suporte Técnico, adotar as seguintes medidas apontadas no documento aprovado:
  - preparar as especificações dos perfis e descrições das funções dos integrantes da TSF;
  - preparar os procedimentos para recrutamento dos integrantes da TSF;
  - desenvolver um modelo para a EFS que sediará a TSF, incluindo uma lista de obrigações que elas devem se comprometer;
  - preparar um processo de seleção da EFS sede da TSF;
- d. preparar, acordar com os demais comitês, e enviar as cartas de consulta relativamente à preparação do próximo SDP;

- e. preparar estrutura do próximo SDP;
- f. finalizar os vídeos de comunicação;
- g. conduzir processo de seleção nos novos membros do FIPP e do novo líder do FIPP;
- h. elaborar documento sobre estruturação do processo de tradução das normas;
- i. preparar documento sobre interpretação das normas profissionais;
- j. estudar a reestruturação do site das ISSAI.

**Encaminhamento Interno do relatório**

Propomos dar ciência do teor presente relatório ao:

- a)Presidente do TCU e do PSC;
- b)Secretário-Geral de Controle Externo;
- c)Secretário-Geral da Presidência;
- d)Membros do Comitê de Governança do PSC (Secretário-Adjunto da Presidência; Coordenador-Geral de Controle Externo de Resultados de Políticas e Programas Públicos, Secretário de Métodos e Suporte ao Controle Externo e Secretário de Relações Internacionais);

Serint, em 12 de junho de 2018.

Paula Hebling Dutra  
AUFC – Mat. 8421-2

Rafael Lopes Torres  
AUFC – Mat. 3147-0

Victor Lahiri Hart  
AUFC – Mat. 7692-9  
(Assinado eletronicamente)

---